



COMO O NAZISMO É ENSINADO AOS JOVENS DO SÉCULO XXI? Análise comparativa entre Brasil e França

Julia Polessa Maçaira¹

Joyce Louback Lourenço²

Milena Mendes Salles³

Resumo

Este estudo investiga o tratamento do nazismo nas diretrizes curriculares e em dois livros didáticos do Brasil e da França. A pesquisa compara o ensino sobre o nazismo no *Cycle 4*, conhecido como *Cycle des Approfondissements* (equivalente ao 9º ano do Ensino Fundamental II no Brasil), e na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio brasileiro. Para isso, utiliza os livros didáticos *Histoire et Géographie*, da Hachette Éducation (Plaza et al, 2021), e o volume *Conflitos e Desigualdades*, da coleção Moderna Plus (Braick et al, 2020). Por meio de uma abordagem comparativa, o estudo analisa como o conteúdo curricular sobre o nazismo é adaptado e recontextualizado em ambos os países, considerando as reformas educacionais que influenciam a organização curricular e o desenvolvimento de materiais didáticos.

Palavras-chaves: Livros didáticos. Diretrizes. Nazismo. Brasil. França.

¹ Doutora em Sociologia e Antropologia pela Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da UFRJ. E-mail: juliamacaira@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Professora da UFRJ. E-mail: joycelouback@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ). E-mail: milenamendessalles@gmail.com

How is Nazism taught to 21st-century youth? A comparative curricular analysis through Brazilian and French textbooks

Abstract

This study examines how Nazism is addressed in Brazilian and French curricular guidelines and textbooks. The research compares the teaching of Nazism in *Cycle 4*, known as *Cycle des Approfondissements* (equivalent to the 9th grade of Middle School in Brazil), and within the Humanities and Applied Social Sciences area of Brazil's New High School curriculum. To this end, it analyzes the textbooks *Histoire et Géographie*, by Hachette Éducation (Plaza et al, 2021), and the volume *Conflitos e Desigualdades* from the Moderna Plus collection (Braick et al, 2020). Through a comparative approach, the study explores how the curricular content on Nazism is adapted and recontextualized in both countries, taking into account educational reforms that influence curricular organization and the development of instructional materials.

Keywords: Textbooks. Curricular guidelines. Nazism. Brazil. France.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe-se a examinar como o nazismo é abordado nos currículos e nos materiais didáticos no Brasil e na França, especialmente no contexto das recentes reformas educacionais nesses países. A pesquisa visa compreender como os programas curriculares e os livros didáticos de países distintos recontextualizam esse tema e o transformam em conhecimento escolar. Para isso, analisamos as diretrizes curriculares brasileiras e os programas oficiais franceses, comparando o que é prescrito com o que efetivamente aparece nos livros didáticos e cotejando o tratamento do nazismo nos livros didáticos brasileiros e franceses, avaliando a profundidade e as perspectivas oferecidas aos alunos em cada contexto.

O termo nazismo tem suas origens no movimento político Nacional-Socialista alemão, liderado por Adolf Hitler após a Primeira Guerra Mundial, que alcançou proporções históricas globais. Esse movimento caracterizou-se pela combinação de elementos como nacionalismo extremo, racismo biológico, antissemitismo, militarismo

e culto à autoridade (Bracher, 1998). O neonazismo, por sua vez, segundo Gonçalves, Caldeira Neto e Andrade (2017), consiste na tentativa de rearticular os pressupostos do nazismo em diferentes formas, nem sempre conectadas entre si ou organizadas sob uma estrutura política única. Para os autores, a unidade desse fenômeno reside, sobretudo, na adoção do nacional-socialismo do período entreguerras como referencial simbólico, político e imaginário, funcionando também como um “antídoto” à ampliação da cidadania no Brasil — processo associado à redemocratização. Do ponto de vista sociológico, essa ideologia é marcada por um discurso essencialmente racista e xenófobo, que busca responsabilizar minorias por problemas sociais e econômicos, como desemprego e criminalidade, conforme destacam Gherman e Efraim (2022).

A metodologia deste estudo é de natureza qualitativa e comparativa (Vigour, 2005), utilizando a análise documental de currículos oficiais e livros didáticos do Brasil e da França. O estudo se baseia em um conjunto de documentos que inclui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a legislação do Novo Ensino Médio no Brasil, bem como os programas curriculares oficiais franceses disponíveis no site do Ministério de Educação da França. Além dos documentos curriculares, foram analisados os livros didáticos: o volume *Conflitos e Desigualdades*, da coleção *Moderna Plus*, aprovada no PNLD 2021, abrangendo a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e o livro francês de *Histoire et Géographie*, do *Cycle 4*, conhecido como *Cycle des Approfondissements* (equivalente ao 9º ano do Ensino Fundamental II no Brasil), da editora Hachette, ano 2021. A seleção dos livros seguiu dois critérios principais: a pertinência temática, garantindo que as obras contemplassem conteúdos relacionados ao nazismo; e a relevância pedagógica, com base em materiais aprovados e amplamente utilizados nos sistemas de ensino. A análise considerou três dimensões: (i) extensão e distribuição do conteúdo sobre nazismo e Holocausto; (ii) abordagem didático-pedagógica (organização narrativa, exercícios, uso de fontes); e (iii) atualização conceitual e conexão com fenômenos contemporâneos (neonazismo, negacionismo). Com base nessas dimensões, foram definidos quatro eixos para categorização sintética: extensão do tema, estrutura narrativa, integração com Ciências Sociais e atualização conceitual. A partir da leitura integral das seções,

registraram-se dados quantitativos e qualitativos, sistematizados em quadro comparativo.

A escolha do livro brasileiro se deu em razão da presença de um capítulo que trata especificamente do assunto em tela, intitulado *Totalitarismos e Segunda Guerra Mundial*, no qual se esperava encontrar conteúdo sobre os movimentos nazistas e o Holocausto. A escolha do livro francês se deu com base no material disponível no acervo do LabES coletado a partir da pesquisa de Maçaira (2017) que identificou as editoras de didáticos mais relevantes no cenário francês. Este livro dispõe de dois capítulos intitulados *Démocraties et expériences totalitaires en Europe* (Democracia e experiências totalitárias na Europa) e *La Seconde Guerre mondiale, une guerre d'anéantissement* (A Segunda Guerra Mundial, uma guerra de aniquilação). A análise dos manuais teve como objetivo identificar como o nazismo é apresentado aos alunos, com foco no conteúdo textual, recursos visuais, exercícios propostos e a maneira como os livros se relacionam com as diretrizes curriculares estabelecidas.

A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se nos estudos de Basil Bernstein sobre recontextualização pedagógica, que ajudam a entender como o conhecimento científico é transformado em conteúdo escolar. Segundo Bernstein (1996), esse processo envolve uma série de disputas políticas e culturais, que moldam os significados atribuídos a determinados conteúdos na escola. Essa abordagem foi complementada por uma análise crítica dos textos e imagens dos livros didáticos, buscando entender como o nazismo é abordado e como essa apresentação contribui para a formação da consciência crítica dos estudantes. Esta pesquisa busca destacar a relevância de uma análise sociológica do fenômeno do neonazismo, cujas implicações ressoam tanto no ambiente escolar quanto nos centros de poder da vida republicana. Com base nesse enfoque, o estudo propõe-se a examinar como o nazismo é abordado nos currículos e nos materiais didáticos no Brasil e na França, especialmente no contexto das recentes reformas educacionais nesses países.

Por que falar sobre nazismo?

No dia 06 de janeiro de 2024, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) comunicou à Organização das Nações Unidas (ONU) sua inquietação com o aumento de grupos neonazistas no Brasil nos últimos anos. O relatório preliminar entregue compila dados de várias pesquisas, descrevendo o contexto atual como “preocupante”. O jornal Brasil de Fato publicou uma reportagem em junho de 2024 sobre esse assunto, destacando a pesquisa da antropóloga Adriana Dias, que apontou um crescimento de 270,6% no número de células neonazistas no Brasil entre janeiro de 2019 e maio de 2021, com presença em todas as regiões do país. Esse crescimento teria sido alimentado pela difusão de discursos de ódio e narrativas extremistas. No início de 2022, o estudo registrou mais de 530 grupos extremistas ativos, unidos, em especial, pelo ódio contra feministas, judeus, negros e a comunidade LGBTQIAP+ (Brasil de Fato, 2024).⁴

O *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil* (Observatório Judaico dos Direitos Humanos do Brasil, 2023) reforça esse panorama alarmante. Entre 2019 e 2022, foram registradas 697 ocorrências, sendo 240 violações diretas. O ano de 2022 concentrou 52% dos ataques neonazistas e 36% dos episódios antissemitas. No ambiente escolar, a situação se agrava: 24,2% das violações ocorreram em escolas, com 74% desses casos registrados em 2022. A maioria dessas ocorrências inclui ameaças e manifestações como bilhetes, pichações e postagens em redes sociais (66,3%). A região Sudeste lidera com 49,4% dos incidentes, seguida pela região Sul, com 18,7%. Cabe destacar que, no âmbito dessa pesquisa, o conceito de neonazismo é compreendido enquanto uma forma organizada de atuação política e, mais significativamente, como uma estratégia de reação aos processos de democratização e ampliação da cidadania. De acordo com Pereira Gonçalves et al. (2017), o neonazismo une referências trazidas do nazismo e do fascismo histórico, como o antissemitismo, a

⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/25/cndh-ouvira-vitimas-e-autoridades-sobre-neonazismo-no-rio/>, acesso em 27 de março de 2025.

simbologia nazi, a negação do holocausto, literatura negacionista etc., assumindo formas diversas de atuação e se expressando através de violência física e simbólica, articulando-se em movimentos sociais, tais como grupos skinheads, e, institucionalmente, em partidos políticos de extrema direita. No Brasil, além dessas características, o neonazismo incorpora tendências como o neointegralismo e a defesa do regime militar.

O que une e diferencia essas expressões não são somente as tentações antidemocráticas, mas também o nacionalismo excludente e hierarquizante que, em alguns casos, está baseado na xenofobia, ao racismo e no antissemitismo, assim como na oposição às esquerdas e ao liberalismo, tidos como elementos de modernidade em contrariedade às tradições imaginadas ou idealizadas por esses grupos. (Billig, 1992 apud Pereira Gonçalves et al., 2017)

Nesse contexto, Caldeira Neto (2009) destaca o papel do negacionismo como uma das principais expressões do antissemitismo, caracterizando-se como uma tentativa intolerante de reescrever a memória da Segunda Guerra Mundial. Esse movimento encontra eco na França onde figuras políticas do partido ultranacionalista francês *Rassemblement National* frequentemente flertam com teorias que negam o Holocausto⁵.

No Brasil, Caldeira Neto (2009) analisa a difusão do negacionismo desde o final da década de 1970, quando jornais passaram a debater o livro *Hitler's War*, de David Irving, que alegava que Hitler não ordenou o extermínio dos judeus nem tinha conhecimento do Holocausto. Segundo o autor, o negacionismo ainda ganhou força com a publicação do livro *Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século*, de Siegfried Ellwanger, cuja editora, Revisão, disseminou materiais antissemitas e negacionistas. Esse discurso influenciou grupos neonazistas, como demonstrado em 2005, quando skinheads atacaram estudantes judeus em Porto Alegre. Durante as investigações, foram encontrados materiais de propaganda racista

⁵ No dia 25 de março de 2009, em discurso no Parlamento Europeu, Jean-Marie Le Pen afirmou que as câmaras de gás foram apenas um detalhe da Segunda Guerra Mundial, mesma afirmação que o levou a ser processado, nos anos de 1987 e 1997, e chegou a pagar uma multa de 1,2 milhões de francos, aproximadamente 520 mil reais (Caldeira Neto, 2009).

e livros da Revisão Editora, evidenciando a ligação entre o negacionismo e a violência concreta.

Além disso, em cenário mais contemporâneo, as mídias digitais impulsionaram grupos que rejeitam o protagonismo das esquerdas em narrativas históricas brasileiras, especialmente sobre o regime militar de 1964. Esse movimento gerou demanda por revisionismos históricos alinhados a visões conservadoras. A exemplo, a produtora Brasil Paralelo emergiu nesse contexto, produzindo conteúdos que atendem a esse público (Rodrigues, 2022). Em 2024, a rede estadual de ensino de São Paulo incluiu um vídeo dessa produtora em seu material pedagógico (Alfano, 2025)⁶.

Sob essa ótica, sabendo que existe um fenômeno de ascensão de manifestações neonazistas no Brasil, que se manifesta significativamente no ambiente escolar e entre jovens, interessa refletir sobre o papel da escola diante desse processo. Logo, a escolha desse tema é particularmente relevante no contexto atual. A escola, como espaço privilegiado de formação crítica, tem o papel fundamental de promover o conhecimento científico, histórico e sociológico, bem como desenvolver nos alunos uma consciência cidadã que os capacite a reconhecer e resistir a ideologias autoritárias e totalitárias. Nesse sentido, este trabalho se insere em um projeto mais amplo, situado no Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES), que produz análises sobre o ensino das Ciências Sociais sob a luz do conceito de recontextualização pedagógica (Bernstein, 1996).

Trajetória da Sociologia no Brasil e na França

No Brasil, a trajetória da sociologia no currículo das escolas secundárias (atual nível médio) remonta à última década do século XIX. Entretanto, sua presença foi intermitente, passando por reconfigurações e adquirindo contornos, finalidades, funções e objetivos diversos a cada reforma da educação brasileira (Machado, 1987;

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/05/06/depois-de-aula-com-material-do-mbl-rede-estadual-de-sp-usa-brasil-paralelo-como-material-pedagogico.ghml>. Acesso em 27/03/2025.

Moraes, 2011; Santos, 2004). As oscilações da sociologia na grade curricular escolar perduraram até a aprovação da Lei 11.684/08, que inseriu a disciplina nas três séries do ensino médio. Até 2018 todas as escolas de nível médio do Brasil deveriam oferecer a disciplina sociologia, contemplando também antropologia e a ciência política. Entretanto, a existência da sociologia como disciplina escolar mudou de situação com o Novo Ensino Médio (NEM), promulgado como Medida Provisória, em 2016 e regulamentado pela Lei 13.415/ 2017. Com o texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a sociologia passa a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, indicando uma tendência que já vinha sendo praticada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) cuja matriz de referência era organizada por áreas de conhecimento.

Outro fato marcante na trajetória da sociologia como disciplina escolar foi a sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2012, 2015 e 2018. Como se sabe, o PNLD avalia, seleciona e distribui gratuitamente livros didáticos para estudantes de todas as escolas públicas no Brasil. Os mais de sete milhões de alunos matriculados no nível médio representam dimensões inéditas para a circulação e recepção de conhecimentos sociológicos, políticos e antropológicos em nosso país e justificam a relevância dessa pesquisa. Em 2021, para atender à exigência do Novo Ensino Médio e da BNCC, os livros didáticos passaram a ser organizados por áreas de conhecimento.

Quanto à conjuntura francesa, presente no currículo da escola secundária há mais de 50 anos, a disciplina Ciências Econômicas e Sociais (CES) teve, de 1967 até 2021, sete programas curriculares oficiais publicados pelo ministério da educação francês. É nessa disciplina que os conhecimentos sociológicos são recontextualizados na escola daquele país. Na França, existe uma forte padronização dos conteúdos dos manuais escolares, que seguem com fidelidade os programas estabelecidos pelo ministério da educação nacional (campo oficial). No caso das CES, as pesquisas de Maçaira (2017) identificaram que as obras de diferentes editoras possuíam unidades e capítulos com mais semelhanças do que divergências, diferenciando-se principalmente nos exemplos e na escolha dos excertos (textuais ou visuais) inseridos para abordar

cada assunto. Os programas das disciplinas para a escola francesa são elaborados por “grupos de peritos”, isto é, por comissões mistas compostas por professores dos liceus e das universidades e por funcionários do Estado (Chatel, 1990; Martinache, 2021). É recomendável que o professor adote um manual que siga as diretrizes curriculares vigentes e essa escolha é avaliada anualmente no processo de inspeção pedagógica pelo qual o corpo docente passa.

Assim, este trabalho se insere em um projeto mais amplo cujo objetivo é comparar os sentidos atribuídos ao conhecimento sociológico nos livros didáticos de sociologia e nos manuais de ciências econômicas e sociais publicados, respectivamente, no Brasil e na França. Tal proposta justifica-se pela relevância da investigação acerca da formação sociológica e política de milhões de jovens matriculados no sistema escolar, pela originalidade da análise comparativa de países distintos e pela singularidade da conjuntura atual brasileira. Ademais, entendemos que as semelhanças entre os modelos brasileiro e francês, seja do ponto de vista das disputas políticas em torno do currículo, seja a fragmentação da oferta da sociologia no Ensino Médio, entre outros aspectos (Martins; Fraga, 2021), nos permite propor uma análise do longo processo de institucionalização da disciplina a partir de questões do tempo presente. As principais questões da pesquisa são relativas aos processos de recontextualização pedagógica, através dos quais os conhecimentos científicos são apropriados e relocados enquanto conhecimentos escolares.

O pensamento bernsteiniano possibilitou o entendimento de que esse processo não ocorre sem lutas, disputas e consensos, a partir de noções elaboradas pelo autor como a de pedagogia e currículo, culminando em uma “teorização robusta e fundamental à compreensão das complexas condições de controle às quais estão submetidos os discursos e, conseqüentemente, a forja da subjetividade” (Solomon; Bocchetti, Maçaira, 2021, p. 1825). Foi, então, a partir das análises das produções de Bernstein, que surgiu a ideia de pesquisar como o nazismo, enquanto conteúdo curricular, é abordado nos livros didáticos brasileiros, constituindo assim o objeto desta pesquisa. É importante, sobretudo, destacar que esta abordagem abarca uma série de fatores sócio-históricos, políticos e epistemológicos, dos quais interessam

fundamentalmente a Reforma do Ensino Médio e a ascensão de manifestações neonazistas entre os jovens brasileiros. Sob essa ótica, analisamos como o nazismo é abordado nos livros didáticos brasileiros e franceses, buscando referências em ambas as versões. Em 2024 evidenciou-se o apoio popular alcançado pela extrema-direita francesa nas eleições para o parlamento europeu bem como para o cargo de primeiro-ministro com a expressiva votação do jovem Jordan Bardella, do partido francês de extrema direita *Rassemblement National*. A pesquisa continua investigando os dados franceses sobre os efeitos da ascensão desse movimento político sobre as escolas, os jovens e se ele se relaciona aos movimentos neonazistas.

O recorte escolhido se dá em razão não só de ajuste metodológico, mas também porque cogitamos averiguar como a instituição da nova Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e dos itinerários formativos propostos pelo “Novo Ensino Médio” (lei 13.415/2017) impactaram a elaboração dos livros didáticos, uma vez que, diante dessa reformulação, o PNLD também sofreu alterações. O Ensino Médio passou a ser dividido por áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e os livros didáticos, selecionados no edital de 2021, agora atendem a essa padronização. Dessa forma, os livros didáticos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia deixaram de ser disciplinares e foram “fusionados” em coleções de ciências humanas e sociais aplicadas. Infere-se, portanto, que o nazismo, enquanto conteúdo que antes constituía a Base Comum Curricular do ensino de História, será adaptado para atender às abordagens dos livros didáticos que agora sintetizam as Ciências Humanas e Sociais. O edital do PNLD define e limita o número de páginas e a configuração do material, entre outros constrangimentos (Cassiano, 2007)

Resultados e discussões

Após definir o objeto de estudo, iniciou-se o trabalho de levantamento dos materiais a serem utilizados na análise, utilizando o acervo expressivo de livros

didáticos existente no LabES e pesquisas on-line complementares. Logo, verificou-se o potencial do volume *Conflitos e Desigualdades* da coleção *Moderna Plus* (Braick et al, 2020) pela presença do capítulo específico sobre Totalitarismos e Segunda Guerra. Em seguida, seguindo a mesma lógica inicial, realizou-se a tentativa de levantar os manuais da disciplina de Ciências Econômicas e Sociais (CES), que no ensino francês também é ofertada no *Lycée*, na série *seconde générale*, equivalente ao primeiro ano do ensino médio brasileiro. No entanto, a disciplina francesa não aborda essa temática que, assim como de praxe no Brasil antes da Reforma, é competência da disciplina de História, que no cenário francês constitui a disciplina *Histoire et géographie*. Encontrou-se, então, o tema abordado na diretriz curricular ministerial de *Histoire et Géographie*, na 3ª série do Ciclo 4 francês, correspondente ao ensino fundamental II brasileiro. Logo, houve um esforço de análise preliminar para entender se ambos os livros didáticos estavam de acordo com os programas oficiais prescritos em cada país.

Como parte da análise documental, foi realizada a leitura das diretrizes curriculares oficiais de cada país. No caso do Brasil, lemos a última versão da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (Brasil, 2018) procurando identificar em quais habilidades o conteúdo sobre regimes totalitários pode ser abordado. O documento estabelece uma série de habilidades voltadas para a identificação, análise e discussão de contextos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, abordando conceitos como etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, entre outros. Essas habilidades visam avaliar criticamente o significado histórico desses conceitos, comparando-os com narrativas que incluam diferentes agentes e perspectivas discursivas. A BNCC está organizada por áreas de conhecimento e identificamos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, três habilidades que englobam (ou podem englobar) a temática do nazismo, as quais destacamos no Quadro 1:

Quadro 1 – Habilidades previstas na BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Ensino Médio)

Habilidades
(EM13CH102) Identificar, analisar e discutir circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, etc.), para fins de avaliar criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas, etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferentes e às liberdades individuais;
(EM13CH602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileiras latino-americanas, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com formas de organização e articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. Dado e/ou texto

Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Brasil, 2018.

A referência nominal ao nazismo aparece na parte do Ensino Fundamental da BNCC, com três (3) menções em todo o documento, todas no currículo de História do 9º ano do Ensino Fundamental II, entre as quais destacamos a seguinte:

O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do **nazismo**, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente (Brasil, 2018 - grifo nosso).

Já no caso francês, o programa ministerial da disciplina de História e Geografia afirma que, no ciclo 4, os alunos desenvolvem gradualmente uma compreensão sobre como disciplinas científicas, como história e geografia, oferecem ferramentas para refletir com precisão acerca dos tempos e espaços das sociedades humanas. Além disso, trata-se de compreender uma ampla variedade de fenômenos sociais. Isto é, há o predomínio de uma preocupação metodológica. Os temas abordados no currículo devem garantir que os estudantes explorem a complexidade da evolução histórica e da organização geográfica dos grupos humanos. Notadamente, o programa francês não detalha plenamente o aspecto crítico e reflexivo da disciplina. Esse aspecto parece ter

ficado a cargo da disciplina de *Enseignement moral et civique* que, conforme o currículo, busca que os alunos se apropriem de forma livre e esclarecida dos valores que sustentam a República e a democracia. Todavia, não foi encontrada qualquer referência aos regimes totalitários — incluindo o nazismo — dentro dos programas prescritos para essa segunda disciplina. No quadro abaixo destacamos trechos do programa de 3 disciplinas da escola francesa, de segmentos diferentes, que mencionam aspectos que podem ser relacionados com a temática em tela nesse trabalho:

Quadro 2 – Habilidades indicadas nas diretrizes curriculares oficiais na França

<i>Histoire et géographie</i>	<i>Enseignement moral et civique</i>	<i>Sciences économiques et sociales</i>
Durante o ciclo 4, os alunos compreendem progressivamente como as disciplinas científicas, como história e geografia, permitem refletir com precisão sobre os tempos e espaços das sociedades humanas e compreender uma grande diversidade de fenômenos sociais. Os temas de ensino programados garantem que os alunos descubram a complexidade da evolução histórica e da organização geográfica dos grupos humanos.	A educação moral e cívica também visa a uma apropriação livre e esclarecida pelos alunos dos valores que fundamentam a República e a democracia: o conjunto de valores comuns inclui dignidade, liberdade, igualdade - especialmente entre meninas e meninos -, solidariedade, laicidade, espírito de justiça, respeito e ausência de qualquer forma de discriminação, ou seja, os valores constitucionais da República Francesa, inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e no preâmbulo da Constituição de 1946.	As ciências econômicas e sociais agora fazem parte dos ensinamentos comuns para todos os alunos do primeiro ano do <i>lycée</i> . O objetivo é que os alunos adquiram o domínio dos conceitos e dos raciocínios essenciais em economia, sociologia e ciência política. Esse ensino contribui para a formação de cidadãos informados sobre os grandes desafios econômicos, sociais e políticos do mundo contemporâneo. Esse ensino permite que os alunos descubram novos campos disciplinares e os auxilia em escolhas de especialidade no final do ciclo geral.

Fonte: Programas disponíveis no site *do ministère de l'éducation nationale* da França.⁷

Comparando-se diretamente os livros didáticos do Brasil e da França, observam-se algumas diferenças na abordagem do tema, exploradas no Quadro 3.

⁷ Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/programmes-scolaires-41483>, acesso em 20 de novembro de 2024.

Quadro 3 – Comparação entre as abordagens sobre nazismo no livro didático brasileiro e francês

Aspecto analisado	Livro brasileiro	Livro francês
Extensão dedicada ao tema	23 páginas dedicadas ao Nazismo, das quais apenas duas se dedicam a falar sobre o holocausto	44 páginas dedicadas ao Nazismo, das quais apenas oito se dedicam a falar sobre o Holocausto
Enfoque e estrutura narrativa	Apresenta um tom didático-narrativo, organizado pela sucessão cronológica de eventos históricos, com explicações lineares e ênfase na narrativa descritiva.	Estrutura voltada para a apresentação de fatos históricos, com detalhamento mais minucioso, especialmente na exposição da violência e crueldade do Holocausto, buscando transmitir a dimensão da barbárie.
Integração com as Ciências Sociais	Aborda aspectos das Ciências Sociais priorizando a Ciência Política, com destaque para classificações como tipos de Estado e formas de governo, sem aprofundamento reflexivo e problematização sociológica.	Proposta de exercícios reflexivos utilizando as fontes documentais. Marcado por ilustrações e por uma preocupação documental, a partir da exposição de fontes históricas
Atualização conceitual	Não há menção ao termo “neonazismo” nem a outros conceitos que permitam compreender manifestações contemporâneas relacionadas ao tema.	Situação idêntica: não há referências ao conceito de “neonazismo” ou discussões sobre sua presença no contexto atual.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das obras das editoras Moderna Plus (Braick et al, 2020) e Hachette (Plaza et al, 2021).

No livro didático brasileiro analisado, 23 páginas são dedicadas ao nazismo, mas apenas duas delas mencionam o Holocausto, um dos eventos mais emblemáticos e devastadores relacionados ao regime nazista. O conteúdo desses livros apresenta um tom descritivo e superficial, focado predominantemente em aspectos históricos e políticos, como a estrutura do Estado e os tipos de governo, sem relacionar esses elementos a discussões contemporâneas ou ao contexto brasileiro atual. Isso indica uma abordagem distante e factual, que não estimula uma reflexão crítica mais profunda sobre as implicações do nazismo na atualidade, nem seus desdobramentos, que configuram o que chamamos de neonazismo.

O capítulo *Totalitarismo e Segunda Guerra Mundial* é dividido nos seguintes tópicos: *American way of life*; Crash da Bolsa de Valores de Nova York; *New Deal*:

solução democrática; Solução totalitária; Na Itália, o fascismo; Consolidação do Estado fascista; Na Alemanha, a república de Weimar; Ascensão nazista; Ideologia e perseguição nazista; Autoritarismo na Península Ibérica; Antecedentes da Segunda Guerra Mundial; Formação do Eixo e novas ofensivas alemães; Acordo entre Alemanha e União Soviética; Guerra na Europa: ofensiva do Eixo; Blitzkrieg em ação; Guerra no Pacífico; O Brasil no conflito; Segunda Guerra Mundial e avanço de Aliados; Rendição do Japão e o fim da guerra; Divisão da Alemanha e julgamentos de Nuremberg; A vida dos civis na Segunda Guerra; As mulheres durante a guerra; O holocausto (composto por quatro parágrafos); e Resistência civil contra os nazistas (Braick et al, 2020).

No livro didático francês, 44 páginas são dedicadas ao tema, sendo que oito delas abordam o Holocausto. A abordagem francesa é marcada por uma narrativa sequencial dos eventos históricos, com destaque para a barbárie cometida pelo regime nazista, além de incluir exercícios que incentivam os alunos a refletirem sobre esses eventos de maneira crítica. Além disso, os manuais franceses são enriquecidos por ilustrações e uma abordagem documentada, que se preocupa em fornecer aos alunos fontes visuais e textuais que os ajudem a construir uma compreensão mais robusta do tema. Esse aspecto parece buscar o desenvolvimento do exercício metodológico historiográfico, para que os alunos sejam capazes de utilizar ferramentas como as fontes históricas para desenhar o raciocínio (Plaza et al, 2021).

Sendo assim, o capítulo intitulado *Democracia e experiências totalitárias na Europa* é dividido nos seguintes tópicos: Europa, um espaço democrático frágil; A URSS de Stalin, um Estado comunista totalitário; 1933, a derrota da democracia na Alemanha; O Estado nazista, um regime totalitário e antissemita; A propaganda toma conta da arte; A Frente Popular, frente à crise; Picasso pinta Guernica; Democracias e experiências totalitárias na Europa.

Já o capítulo subsequente, intitulado *A Segunda Guerra Mundial, uma guerra de aniquilação*, é dividida nos tópicos: *Uma guerra em escala mundial*; *A violência da guerra no Pacífico*; *No Leste, uma guerra total e mortal*; *Excluir e destruir: a política*

nazista na Europa Oriental; Auschwitz-Birkenau, um centro de extermínio; Uma criança judia na Europa nazista: Pierre Feigl; Como resistir na Europa nazista?

Embora a abordagem francesa seja mais detalhada, ela ainda se limita à dimensão histórica, o que pode restringir as conexões entre o nazismo e os desafios contemporâneos, como a ascensão do extremismo político e ideológico. Além disso, na França, como já mencionado, o nazismo não é tratado diretamente nas Ciências Econômicas e Sociais (CES), nem no Ensino de Moral e Cívica - que prevê ensino sobre cidadania e direitos humanos -, ficando restrito aos manuais de História e Geografia, limitando a interdisciplinaridade e a exploração do tema por diferentes perspectivas.

Outra questão interessante de ser considerada é que ambos os livros expõem lado a lado, em páginas imediatamente sequenciadas, o regime nazista e o regime soviético, ambos detidos num “conjunto” de regimes totalitários. É interessante pensar na posição dos conteúdos para investigar noutro momento se pode haver uma relação entre a “proximidade” entre esses conteúdos e o pensamento que circula expressivamente no senso comum de que o socialismo/comunismo e nazismo são duas faces da mesma moeda. Observa-se, ainda, que em ambos os livros não há qualquer referência ao conceito de “neonazismo” ou a termos correlatos. Essa ausência também se estende a outros conceitos que possibilitariam uma compreensão mais ampla das manifestações contemporâneas associadas ao tema. Em outras palavras, os textos permanecem restritos a abordagens históricas ou conceituais mais tradicionais, sem dialogar com fenômenos recentes que evidenciam a reatualização de ideologias extremistas no cenário atual. Em suma, essas diferenças podem ser atribuídas aos contextos sociopolíticos distintos e às estruturas curriculares dos dois países. No Brasil, as reformas educacionais recentes, como o Novo Ensino Médio e a implementação da BNCC, diluíram a profundidade com que temas complexos são tratados, ao integrar diversas disciplinas em áreas amplas de conhecimento. Isso impacta diretamente a qualidade das abordagens presentes nos livros. Cabe destacar que o tema também não aparecia como um problema sociológico nos livros didáticos de Sociologia brasileiros anteriores à Reforma, mas integrava um debate da Ciência Política sobre tipos de Estado. Por exemplo, o capítulo 6, intitulado Poder, política e Estado, do livro

Sociologia em Movimento (Silva et al, 2013) apresenta a definição de poder e de suas formas de exercício, das formas de organização do Estado Moderno (monarquia e república) e das formas de participação política (partidos e sistemas eleitorais). Em seguida, cita e explica os tipos de Estado: absolutista (referenciando Thomas Hobbes); liberal (com Adam Smith); socialista (Lênin); e nazista e fascista; de bem-estar social (John Maynard Keynes); neoliberal. Por fim, o capítulo aborda a formação do estado brasileiro, da colônia à nova república.

Já na França, o ensino sobre nazismo aparece como mais um evento histórico, situado no passado e localizado na Alemanha da Segunda Guerra, que oferece ferramentas para explorar os aspectos da historiografia. O assunto não está relacionado ao debate sobre direitos humanos ou cidadania e não aborda reflexões contemporâneas.

A ausência de uma abordagem crítica sobre o Holocausto e sobre manifestações contemporâneas, como o neonazismo, compromete a função formativa da escola ao limitar a promoção do estranhamento sociológico e a desnaturalização de discursos autoritários. Quando os livros didáticos se restringem a narrativas factuais, sem estabelecer conexões com processos sociais atuais, perdem a oportunidade de desenvolver nos estudantes a capacidade de interpretar e identificar criticamente fenômenos persistentes, como racismo, xenofobia e intolerância. Ao negligenciar a análise das formas pelas quais ideologias totalitárias são recontextualizadas no presente, a escola deixa de contribuir para a formação de sujeitos capazes de identificar e resistir às lógicas que sustentam práticas discriminatórias e movimentos extremistas. Assim, mais do que uma lacuna de conteúdo, trata-se de um obstáculo à formação cidadã e democrática, que reduz o potencial da Sociologia como instrumento para compreender e problematizar a realidade contemporânea

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa com livros didáticos e diretrizes curriculares para a educação básica, identificamos que o nazismo é recontextualizado na escola francesa e brasileira como um tema situado no período da segunda guerra mundial, especificamente na Alemanha. As obras analisadas priorizam a descrição do fenômeno do nazismo, restringindo-se à exposição dos fatos históricos sem aprofundar a compreensão das suas implicações e consequências. Tal abordagem não investe na construção de uma perspectiva que permita perceber o nazismo como um fenômeno histórico relevante para a análise da contemporaneidade, ignorando suas ressonâncias e influências nos contextos atuais. No caso brasileiro, o assunto segue sendo pauta da História e, em última instância, da Ciência Política, deixando de fora a bibliografia sociológica e até mesmo antropológica sobre o tema. No caso francês, o tema é tratado sob o viés historiográfico, se diferenciando positivamente apenas pela oferta de ferramentas capazes de desenvolver com os alunos a habilidade de “provar” acontecimentos por meio de fontes históricas, exercícios, imagens e outros arquivos da época.

Contraditoriamente, as diretrizes curriculares oficiais tanto na França quanto no Brasil propõem um ensino que visa formar jovens de maneira crítica, estimulando o desenvolvimento da cidadania e da consciência social apoiados na defesa dos direitos humanos. Essa incongruência entre o que é recomendado nas diretrizes e o que é efetivamente ensinado nos livros didáticos revela uma lacuna significativa na educação histórica. Para promover uma compreensão robusta e contextualizada do passado, é essencial que o currículo escolar inclua uma análise mais profunda das ideologias totalitárias, como o nazismo, e de suas reverberações atualmente. Isso não apenas enriqueceria o conhecimento dos estudantes, mas também os prepararia para se tornarem cidadãos críticos e engajados, aptos a identificar e confrontar as ameaças à democracia e aos direitos humanos que ainda persistem no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFANO, Bruno. Depois de aula com material do MBL, rede estadual de SP usa Brasil Paralelo como material pedagógico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 maio 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/05/06/depois-de-aula-com-material-do-mbl-rede-estadual-de-sp-usa-brasil-paralelo-como-material-pedagogico.ghtml>. Acesso em: 27/03/2025.
- BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRACHER, Karl Dietrich. Nacional-Socialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRAICK, Patrícia Ramos et al. Moderna Plus Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Conflitos e Desigualdades. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular - 3ª versão. Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>, acessado em: 27 de março de 2025.
- BRASIL DE FATO. CNDH ouvirá vítimas e autoridades sobre neonazismo no Rio. *Brasil de Fato*, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/25/cndh-ouvira-vitimas-e-autoridades-sobre-neonazismo-no-rio/>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2507>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CHATEL, Elisabeth et al. *Enseigner les Sciences Économiques et Sociales: le projet et son histoire*. Paris: INRP, 1990.
- GHERMAN, Michel. EFRAIM, Anita. Casos de antissemitismo crescem no Governo Bolsonaro. *Revista Piauí*, 05 de outubro de 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/casos-de-antissemitismo-crescem-no-governobolsonaro/> Acesso em: 27 mar. 2025.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. Neonazismo e Transição Democrática: A Experiência Brasileira. *Anuário IEHS*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 221-240, 2017.
- MAÇAIRA, Julia Polessa. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia)

– Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfe/article/view/33382>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MARTINACHE, Igor. O lugar da sociologia no ensino secundário francês: um objeto privilegiado para análise sociológica. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 14, n. Esp., p. 11–35, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11302>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MARTINS, Rogéria da Silva; FRAGA, Paulo Cesar Pontos. Ensino de sociologia na França, Portugal e Brasil – uma perspectiva comparada diante das idiossincrasias da reforma do Ensino Médio brasileiro. *Latitude*, Maceió, v.15, edição especial, p. 161-188, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11387>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MORAES, Amaury César. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Zm8BkHqMcz7P7PGxWk95RhC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil: 01/07/2022 a 31/12/2022. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.observatoriojudaico.org.br/post/relatorio-de-eventos-antisemitas-e-correlatos-no-brasil-01-07-2022-a-31-12-2022> . Acesso em: 10 nov.2024.

PLAZA, Nathalie et al. *Histoire et Géographie-EMC cycle 4 / 3e*. Éd. 2021. Paris: Hachette Éducation, 2021.

RODRIGUES, Tulio Magalhães. A razão da conveniência na construção histórica: o Brasil Paralelo e o Golpe de 1964. *Revista Café com Sociologia*, v. 11, p. 1-17, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1351>. Acesso em: 10 nov.2024.

SANTOS, Mario Bispo dos. A sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). *Sociologia e ensino em debate: experiência e discussão de sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em movimento*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SOLOMON, Joseph; BOCCHETTI, André; MAÇAIRA, Julia Polessa. Entrevista com Basil Bernstein. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1825-1843, set./dez. 2021.

VIGOUR, Cécile. *La Comparaison dans les sciences sociales-Pratiques et méthodes*. Paris: Editions La Découverte, Guides Repères, 2005.

Recebido em: 22 abril de 2024.

Aceito em: 15 de julho de 2025.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MAÇAIRA, Julia Polessa; LOURENÇO, Joyce Louback; SALLES, Milena Mendes. Como o nazismo é ensinado aos jovens do Século XXI?: análise curricular comparativa através de livros didáticos brasileiros e franceses. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.9, n. 1, p.01-21, 2025.